

Presidente da Comissão do DF é contra Câmara mas concorda com representação no Senado

12 ABR 1978

12 ABR 1978
JORNAL DE BRASÍLIA

O senador Wilson Gonçalves, presidente da Comissão do Distrito Federal no Senado, referiu-se ontem à lei criadora de uma Câmara de Vereadores para Brasília, assassinada em 1960 por Juscelino Kubitscheck, como incompleta, "porque não tratava da competência para vetos às leis".

Dizendo-se desconhecedor, até então, da citada lei, "por ter chegado na cidade só em 1963", Wilson Gonçalves comentou a impossibilidade de aplicação dessa lei, já que "sendo o executivo de Brasília exercido por um governador, seria incoerente uma Câmara deter o poder legislativo, o que só se coaduna em caso de prefeito".

Manifestou-se ainda o senador cearense favorável ao parecer do arenista Cattete Pinheiro, que propõe uma emenda constitucional para que a representação política do Distrito Federal seja exercida por três senadores, eleitos pela população da cidade.

Acentuando ser este o seu ponto de vista pessoal, e não o da Comissão a que preside, Wilson Gonçalves disse ser esta "a forma mais suave para atender aos recentes reclamos do povo brasiliense".

— E a sugestão do senador Agenor Maria para que aqui se instalasse uma Câmara de Vereadores, com representantes eleitos em cada cidade-satélite?

— A emenda constitucional que isso demandaria seria semelhante a ter que se destruir uma casa para construir outra. A proposição do senador Cattete Pinheiro é mais viável, porque equivaleria não a uma nova construção, mas a uma remodelação. E satisfaria, ainda, às reivindicações do eleitor brasiliense, que, nos 18 anos da cidade, quer eleger representantes.

NUNCA TRATARAM DO ASSUNTO

— E qual a opinião da Comissão a que o Sr. preside?

— Nunca reuni a Comissão do Distrito Federal para tratar dessa matéria, e só o poderia fazer em face da existência prévia de uma proposição que fosse submetida ao exame da mencionada Comissão.

Residente há 15 anos em Brasília, o senador Wilson Gonçalves diz achar o problema da representação política local "uma questão de alta importância e que pode ser examinada sob vários ângulos, pois apresenta aspectos diversos".

— Não se pode confundir a posição político-administrativa do Distrito Federal com a dos Estados e dos territórios, e esta importância resulta, essencialmente, da circunstância de ser o Distrito Federal a capital da República.



Senador Wilson Gonçalves, presidente da Comissão do DF

— E como o Sr. vê as reivindicações por uma representação política?

— Pessoalmente, vejo com simpatia o movimento que se desenvolve, atualmente em Brasília, em favor da admissão de uma representação política dos seus habitantes. Pelo grau de seu desenvolvimento, pelo número altamente expressivo de seus habitantes e, notadamente, pelo nível cultural que já revela, creio aceitável a idéia dos que propugnam pela representação política dos brasilienses. Mas pela posição excepcional que a capital da República assume no contexto político-administrativo do país, ela não pode, nem deve, ser equiparada aos Estados ou aos territórios federais e, em consequência, deve ter um tratamento que corresponda a esse grau de excepcionalidade.

A MELHOR FÓRMULA

— E qual a fórmula mais adequada de representação política para a cidade?

— No meu modo de ver e, em face dos aspectos antes assinalados, parece-me que a fórmula mais racional e mais adequada seria a apresentada recentemente pelo nobre senador Cattete Pinheiro, segundo a qual, mantida a posição do Senado como órgão legislativo do Distrito Federal, em termos gerais, seriam eleitos três senadores que, perante esse órgão, representassem o pensamento, os anseios e as reivindicações do povo brasiliense.

— Nada de Câmara de Vereadores?

— Entendo que na fase atual de Brasília não cabe mais pensar em Câmara de Vereadores, uma vez que o titular do Poder Executivo distrital foi elevado à categoria de governador e não se conhece exemplo em que, existindo a chefia executiva nas mãos de um governador, o órgão legislativo correspondente fosse uma Câmara Municipal. Por outro lado, não se explicaria a existência de uma Assembléia Legislativa para o Distrito Federal, uma vez que este não dispõe, constitucionalmente, da autonomia política reservada aos Estados federados.

IMPOSSÍVEL A INDEPENDÊNCIA DE BRASÍLIA

Acredita o senador Wilson Gonçalves ser impossível Brasília viver independente do Executivo Federal. E explica que "tendo em vista a íntima conexão entre as atividades do governador do Distrito Federal e a condição de que aqui é também a sede do Poder Executivo federal, é lógico que precisa haver, permanentemente, um ambiente de perfeita harmonia entre o governo do DF e o presidente da República, em benefício não só de Brasília, como de todo o país".

Para reforçar este aspecto, ele acentua a circunstância de que Brasília, "em fase de plena consolidação e complementação, depende ainda, em muito, da cooperação do Governo Federal, para que possa assumir e apresentar o aspecto de uma verdadeira capital da República".

Sugeriu ainda o parlamentar que, "tendo-se o Senado Federal, pela Constituição em vigor, como órgão legislativo, em termos gerais, poder-se-ia dispor dos representantes brasilienses nesse órgão para, de modo mais particularizado, propor as reivindicações dos habitantes da cidade. Eles as defendiam com maior conhecimento de causa e, desse modo, influiriam nas decisões da Câmara Alta em favor do nosso Distrito Federal".